

**Família e Negócios: O Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim**

Paula Chaves Teixeira  
Graduanda em História – UFSJ

A presente pesquisa, ainda em desenvolvimento, pretende contribuir para a compreensão da formação das alianças sociais nas relações comerciais, como também o arranjo familiar presente nessas relações. Para tanto, está sendo utilizado o arquivo particular de Gervásio Pereira Alvim<sup>1</sup>. Este acervo constitui uma fonte primária importante, uma vez que permite a visualização da formação da rede comercial, principalmente, entre os negócios que envolveram mineiros e cariocas, ou seja, as ligações de Gervásio Pereira Alvim com as praças de comércio do Rio de Janeiro e São João Del Rei. Esse acervo constitui uma documentação rara em Minas Gerais, especialmente, considerando que Gervásio não foi um homem público, nem famoso. Nessa pesquisa, está também sendo feito o cruzamento deste acervo com outras fontes, como os inventários, testamentos e as listas nominativas de 1838.

Primeiramente, torna-se necessário analisar um pouco quem foi Gervásio Pereira Alvim, visto que, como já foi dito acima, ele não representava um homem público e/ou de expressão nacional. Gervásio Pereira Alvim nasceu e viveu na fazenda dos Campos Gerais, Distrito da Lage, termo da Vila de São José, Comarca do Rio das Mortes, Província de Minas Gerais, tendo uma atuação mais significativa, pelo que mostra o arquivo, a partir da década de 1850. No entanto, através de inventários de seus antecedentes é possível apreendê-lo antes desse período, bem como rastrear as atividades econômicas de sua família. Filho legítimo do Capitão Gervásio Pereira do Carmo e de Ana Antônia Umbelina de Paiva, neto do português Capitão Mor Gervásio Pereira de Alvim e de Francisca Cândida de Resende, sendo esta última filha do inconfidente José de Resende Costa e Ana Alves Preto. Gervásio pertenceria a elite agrária local, de acordo com a definição de Hebe Mattos<sup>2</sup>. O enquadramento dessa família enquanto pertencente a elite local se deve a análise da posse média de escravos na região, tomando-se

---

<sup>1</sup> Este arquivo pertence e está sob a guarda de Dênis Gualberto de Paula.

<sup>2</sup> CASTRO, H. M. *apud* CARDOSO, C. F. (org.) "Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas". RJ: Jorge Zahar Editor, 1988.

como referência um período um pouco anterior ao estudado, uma vez que o inventário Gervásio, organizador da documentação transformada em fonte, não ter sido ainda localizado.

Outro fator que sustenta seu enquadramento como elemento constituinte da elite local é o que se relaciona com sua representação social-política na Vila de São José. Sendo possível observar a permanência das projeções sociais da família no termo da Vila de São José, como por exemplo, seu avô, Gervásio Pereira de Alvim, em 1806, fazia parte da Câmara da Vila de São José para depois encontrar a eleição de Gervásio Pereira Alvim, no ano de 1878, como vereador da Câmara de Vila de São José para o triênio de 1877-1880, na qual foi eleito como terceiro mais votado, contabilizando 442 votos. Há ainda um outro documento bastante sugestivo sobre sua atuação na Vila de São José. Em carta datada de 3 de novembro de 1864, o exeqüente judicial respondeu a Gervásio Pereira Alvim não ser possível não executar a ordem contra Dona Beatriz Maria Nunes, para que esta em vinte e quatro horas pagasse as custas do processo e que abrisse mão das terras, segundo o autor da carta Antônio Carlos Alves,

*“Recebi sua estimada e vejo o que diz. Pois bem meu amigo vossa senhoria entende muito bem de justiça, eu não podia recusar de passar a sentença para ser citada a Beatriz (...) porque a autora requereu e o Juiz assim mandou. Se fosse só por causa das minhas insignificantes custas, eu nada faria e quanto mais requeresse tal situação. (...)”<sup>3</sup>*

Enfim, a carta deixa transparecer sua ação enquanto um membro da elite agrária na defesa de seus pares, ou seja, na defesa dos seus aliados, amigos.

Aventa-se a hipótese de a família de Gervásio Pereira Alvim se enquadrar na classificação dada por João Luís Fragoso e Ana Maria Lugão Rios<sup>4</sup>, de “fazendeiro-capitalista”. Segundo esses autores, a definição de fazendeiro-capitalista seria: um homem que não vivia somente das rendas provenientes da agricultura, teria outras fontes, como por exemplo, capital originário de atividades mercantis. O inventário *post-mortem* do português Capitão Mor Gervásio Pereira de Alvim<sup>5</sup>, deixa, explicitamente, claro que se trata de um fazendeiro. Ele morreu em 1837, deixando um monte mor de 58:472\$040 réis. Entre seus bens, apresentou duas fazendas, a saber, a fazenda do Campos Gerais e a do Rio dos Bois no Curato de Passatempo, sessenta e três escravos na primeira e dois na última, animais gadum e cavalares, morada de casas no arraial da Lage, casas de vivenda, engenhos de cana e pilões, ranchos de tropa, moinhos, plantações de cana e milho. Deixando também 5:998\$460 réis em dívidas

---

<sup>3</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Carta enviada por Antonio Carlos Alves, em 3 de novembro de 1864, São José.

<sup>4</sup> FRAGOSO, J. L. R. & RIOS, A. M. L. “Um empresário brasileiro do oitocentos” In: CASTRO, H. M. M. & SCHNOOR, E. (orgs.) “Regaste: uma janela para o oitocentos” RJ: Topbooks, 1995.

<sup>5</sup> Museu Regional de São João Del Rei. Inventário *post-mortem* de Alvim, Gervásio Pereira de. (Capitão Mor), 1837, caixa 11.

ativas, que devem seus netos filhos de Gervásio Pereira do Carmo e de dívidas passivas, 1:675\$710 réis que deve a seu filho o Reverendo Joaquim Carlos de Resende e 558\$300 que deve a Manoel Pereira. Já no inventário do Capitão Gervásio Pereira do Carmo<sup>6</sup>, o capital partilhado é inferior, totalizando 10:160\$000 réis. Os bens partilhados correspondem a, somente, escravos, os quais foram arrematados em hasta pública pelo seu irmão o Reverendo Joaquim Carlos de Resende, quantificando-se 24 escravos. Nesse inventário soa algo pouco comum, que é o fato dele ter sido feito e partilhado ainda em vida do Capitão Gervásio do Carmo, no qual este se apresentou como inventariante e inventariado e, que os bens partilhados foram adquiridos a partir da formação de uma sociedade familiar em benefício dos filhos do mesmo Capitão. Por meio desses dados, tem-se a reafirmação dessa família enquanto uma família pertencente a elite agrária local e também como uma família de fazendeiros. Porém, sua riqueza não é comparável aos comerciantes de “grosso trato” da praça mercantil do Rio de Janeiro, tampouco, com a fortuna do Comendador Vallim, cafeicultor do Vale do Paraíba, ambos estudados por João Fragoço.

Se a riqueza da família de Gervásio não pode ser comparada com a dos grandes cafeicultores do Vale do Paraíba, por outro lado ela foi bem significativa para os padrões da região, considerando que português Gervásio Pereira Alvim, em 1837, possuía, aproximadamente, 6,57 % da mão-de-obra escrava do Distrito da Lage. De acordo com Maria Lúcia Chaves Teixeira<sup>7</sup>, o Distrito da Lage, ao atender as determinações do Presidente de Província, informou seus dados populacionais, destacando-se frente ao demais pela quantidade de escravos que apresentava. Segundo a autora, o Distrito possuía um alto percentual de população escrava se comparada com a livre,

*“A porcentagem de escravos na população total do Distrito é das mais altas da Comarca. Foi o maior índice do termo de São José del Rei, apenas superado por cinco distritos do termo de São João del Rei, em 1835. (...) a partir dos mapas de população confeccionados pelos juizes de paz para atender ao decreto de 1832 do Presidente de Província, Antônio Paulino Limpo de Abreu, o Distrito da Lage apresentava 958 escravos contra 682 homens livres em 1835. Ainda mais significativo é o fato de que esse alto percentual de escravos apresentado em 1835, já existia em 1795”.*<sup>8</sup>

A partir de dados demográficos, Teixeira afirma que o distrito tinha forte apego a escravidão. Em 1838<sup>9</sup>, se somarmos todos os escravos pertencentes a família do finado Capitão Mor Gervásio Pereira de Alvim, entendendo-se como família todos os filhos do casal e suas famílias,

<sup>6</sup> Museu Regional de São João Del Rei. Inventário de Carmo, Gervásio Pereira do (Capitão), 1838, caixa 44.

<sup>7</sup> TEIXEIRA, M. L. C. “Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: o Distrito da Lage (1780-1850)” BH: UFMG - FAFICH, 1998 (dissertação de mestrado).

<sup>8</sup> TEIXEIRA, M. L. C. “Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: o Distrito da Lage (1780-1850)” BH: UFMG - FAFICH, 1998 (dissertação de mestrado), p. 23.

<sup>9</sup> Os dados para os cálculos foram retirados da lista nominativa de 1838.

o número de escravos contabiliza em 146<sup>10</sup>, esse valor equivalente a 15,24% do número de escravos do Distrito. Esses escravos estavam divididos da seguinte maneira: 34 escravos pertenciam a viúva do Capitão Mor, Dona Francisca Cândida de Resende; 22 eram do Capitão Gervásio Pereira do Carmo; 9 eram do Reverendo Joaquim Carlos de Resende; 28 de Antônio Candido de Resende Alvim; 17 de Francisco de Assis Resende Alvim; e 36 de Mafalda Cândida de Resende. E, se somarmos os escravos residentes na fazenda denominada Campos Gerais, levando em consideração somente aqueles que, segundo a lista nominativa de 1838, eram moradores em tal fazenda, tem-se o total de 65 escravos, representando 6,78% da mão-de-obra do Distrito. Tais dados constituem em mais uma evidência da tradição dessa família enquanto fazendeiros e pertencentes a elite agrária, principalmente quando se considera a posse de escravos como maior símbolo de riqueza para a época.

Conforme, ainda, Teixeira a ocupação da região ocorreu a partir da 1748 e que seus primeiros ocupantes não seriam os chamados “desclassificados sociais”<sup>11</sup>, ou seja, homens pobres livres. De acordo com a autora, os proprietários das terras e fazendas no Distrito da Lage seriam fazendeiros bem situados e relacionados. A exemplo, ela cita o caso do Capitão Mor Gervásio Pereira Alvim,

*“Foi genro de José de Resende Costa, o velho fazendeiro exilado como participante da Inconfidência Mineira e cunhado do jovem José de Resende Costa, também punido com o exílio por conjurar contra a metrópole portuguesa, mas que no século XIX ocupou altos cargos no Império do Brasil”.<sup>12</sup>*

A ocupação da região, diferentemente do que ocorreu com grande parte do território das Minas, não se deu em função da exploração mineradora. Para Teixeira, as fazendas foram às únicas responsáveis pelas suas primeiras paisagem. Segundo José Resende<sup>13</sup>, no Distrito da Lage os primeiros habitantes voltaram-se para vida agrícola e pastoril, portanto, o local não importava víveres, “pois os tinha em abundância e cujas sobras eram vendidas em São João del Rei”, onde adquiriam sal, fazendas, armarinho entre outros. De acordo com Teixeira, a movimentação de passageiros e tropas não foi estranho ao distrito, tendo a evidência de fazendas e moradores apresentarem, descritos nos inventários dos séculos XVIII e XIX, a

---

<sup>10</sup> Nesse total de escravos estão excluídos os escravos de Manoel Pereira de Alvim, filho do finado Capitão Mor Gervásio Pereira de Alvim, por ele não ter sido localizado na lista nominativa de 1838, como também não contabilizou os escravos de Maria Querubina, filha do Capitão Gervásio Pereira do Carmo. Optei por fazer o cálculo contando somente com os filhos do Capitão Mor.

<sup>11</sup> O termo foi utilizado segundo a definição de Laura de Mello e Souza: desclassificado social seria o homem livre pobre dentro da sociedade mineira do século XVIII. SOUZA, L. M. “Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII”. RJ: Editora Graal, 2ª edição, 1986.

<sup>12</sup> TEIXEIRA, M. L. C. “Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: o Distrito da Lage (1780-1850)” BH: UFMG - FAFICH, 1998 (dissertação de mestrado), p.36

<sup>13</sup> RESENDE, J. A. *apud* TEIXEIRA, M. L. C. “Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: o Distrito da Lage (1780-1850)” BH: UFMG - FAFICH, 1998 (dissertação de mestrado).

presença de ranchos cobertos para passageiros, próximos às casas de vivenda que compunham as benfeitorias das fazendas. E, ainda, a autora afirma que a região participou ativamente do pequeno comércio intra-regional de víveres e animais

*“e tudo indica que contribuiu para a agregação de produtos realizada na praça comercial de São João del Rei ao mesmo tempo em que dela se beneficiou”.*<sup>14</sup>

De acordo com João Fragoso,<sup>15</sup> a organização social na sociedade escravista possui conseqüências que dependiam da hierarquização dessa sociedade. Ou seja, para que o escravismo perpetuasse, enquanto um sistema de produção, foi preciso que as distinções sociais estivessem bem demarcadas. Isso demandava que o excedente da produção não retornasse todo para melhoria da produção. Nesse sentido, havia aplicação de capital na aquisição de títulos / patentes, escravaria, doações pias, irmandades entre outros. Com relação à permanência da ordem escravista, a família de Gervásio Pereira Alvim também integrou-se nessa mentalidade. O português Gervásio Pereira de Alvim obteve o título de Sargento Mor e faleceu com o título de Capitão Mor, enquanto seu filho, Gervásio Pereira do Carmo possuía o título de Capitão e seu neto Gervásio Pereira Alvim, no final do século XIX, adquiriu, também, o título de Capitão. Porém, segundo Fragoso, essa sociedade hierarquizada não era inerte às ascensões e quedas dos indivíduos. E constatou ainda que segmentos da elite agrária começaram a utilizar as atividades mercantis para manter suas posições na hierarquia econômica. Segundo o autor, o capital mercantil convertia-se em fortunas rurais / agrárias.

Acredita-se que a família de Gervásio Pereira Alvim entrou no mundo dos negócios, em consonância com a estratégia apontada por Fragoso. Suponho que Gervásio Pereira do Carmo tenha utilizado as atividades mercantis para tentar se manter economicamente. No entanto, essa estratégia não fora bem sucedida, de acordo com Ana Antônia Umbelina de Paiva<sup>16</sup> o casal foi infeliz nos negócios e ficaram sem nada, o único bem que possuía era uma escrava que lhe foi doada pelos seus irmãos. De fato, as contas do casal, Gervásio do Carmo e Ana Antônia, já davam sinais de crise em 1837. No inventário do Capitão Mor Gervásio Pereira de Alvim, a inventariante declarou que seu filho mais velho, o Capitão Gervásio do Carmo, recebera de seu pai a quantia de 4:404\$533 réis para pagar dívidas que ele contraía. Segundo a determinação do inventariado, esse valor seria abatido das legítimas paternas e maternas. Não se sabe se a falência do casal Gervásio do Carmo e Ana Antônia atingiu algum de seus filhos. Mas sabe-se que houve uma tentativa de recuperação econômica de Ana Antônia

<sup>14</sup> TEIXEIRA, M. L. C. “Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: o Distrito da Lage (1780-1850)” BH: UFMG - FAFICH, 1998 (dissertação de mestrado), p. 27.

<sup>15</sup> FRAGOSO, J. L. R. “Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)”. RJ: Arquivo Nacional, 1992

<sup>16</sup> Museu Regional de São João Del Rei. Testamento de Paiva, Ana Antônia Umbelina de, 1880, caixa 99.

Umbelina de Paiva. O vigário Joaquim Carlos de Resende Alvim<sup>17</sup>, em seu testamento deixou a metade de seus bens para ela, sua cunhada, para que esta pudesse desfrutar enquanto viva, e por sua morte, os bens passaria a seus filhos, com a condição de que os herdeiros não pudessem vendê-los com pena dos herdeiros perdê-los.

Contudo, sabe-se que a década de 1860 foi conturbada para os negócios de Gervásio Pereira Alvim. No ano de 1868, Gervásio Pereira Alvim, por execução judicial do Juízo Municipal de São João Del Rei, foi obrigado a pagar uma dívida superior a cinco contos de réis a Custódio de Castro Moreira, pois devia a seu finado pai Manoel Gomes de Castro. O impacto dessa cobrança na vida econômica do fazendeiro não foi ainda possível precisar, mas sabe-se que a dívida foi saldada. Um outro episódio, também explicita a crise vivida por Gervásio Pereira Alvim, nesse período. Em carta enviada do Rio de Janeiro com data de 17 de dezembro de 1862, seu tio Francisco Eugênio de Azevedo pedia ao sobrinho que enviasse o dinheiro para saldar as dívidas contraídas naquela praça, pois seus credores estavam ficando insatisfeitos,

*“Tendo escrito por vezes, e nenhuma resposta tenho tido, a respeito de tuas letras firmadas aqui, e apenas tenho recebido poucas quantias para teu pagamento, pois muito mais tem sido, por que os seus credores estão zangados e com razão, pois você tem deixado de cumprir em tempo com seu dever, e isso não é bom, portanto faça todo o possível para mandar quanto antes dinheiro para esse pagamento, que do contrário dizem eles que lá mandam fazer a cobrança, e então tudo estará vencido, e há de sofrer este desgosto e seja franco peça a teu tio o Senhor. Vigário e seu sogro para cuadir esvalo (sic) no arranjo do dinheiro; e não há tempo a perder para esse arranjo com dinheiro; eu tenho pedido a teus credores que tenham paciência de esperar, que você está se esforçando para fazer a remessa de dinheiro, mas você tem abusado tanto, quer os homens repentinamente mandam fazer a cobrança, e isso será para você muito desairoso: portanto espero quanto antes mandará o dinheiro que falta para o pagamento da letra.”*<sup>18</sup>

No entanto, apesar da crise vivida, os negócios de Gervásio Pereira Alvim eram dotados de previsibilidade e racionalidade. Observou-se uma preocupação com as finanças, com os pagamentos das letras e com o mercado.

*“Respondendo sua carta vinda pelo Lucas, tenho a dizer-te que tendo eu dado a Joaquim Pinto café para apanhar este ano futuro, o que já há tempos está prometido, não te posso oferecer vantagem; mas querendo mostrar os bons desejos que nutro em seu favor, pode vir com 3 pessoas em princípios de maio. O mercado de café tem estado desanimador; pouco ou quase nada tem dado este gênero, apesar de excelentes notícias d’ Europa: tudo no país se acha falseado e sem esperanças de tão cedo voltar a seu estado normal. Cheguei a 4 dias da corte e vi que tudo caminha mal. Joaquim Pinto pouco fez no café quando esperava tirar alguma vantagem e assim nos tem acontecido. Por enquanto se te deliberares poder vir no tempo acima aludido.”*<sup>19</sup>

<sup>17</sup> Museu Regional de São João Del Rei. Inventário de Alvim, Joaquim Carlos de Resende (padre), 1879/82/88, caixa 357.

<sup>18</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Carta enviada por Francisco Eugênio de Azevedo, em 17 de dezembro de 1862, Rio de Janeiro.

<sup>19</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Carta enviada por José de Resende Monteiro, em 12 de novembro de 1867, Providência.

Essa carta além de mostrar uma preocupação com o mercado, com as notícias do mercado internacional, mostra a presença familiar nas relações comerciais. José de Resende Monteiro, o remetente da carta, é tio de Gervásio Pereira Alvim e assina a carta como, “tio, primo, amigo, obrigado, criado”.

Nas redes comerciais na praça mercantil do Rio de Janeiro verificou-se a presença de parentes intermediando as transações, sendo o principal nome o de Francisco Eugênio de Azevedo. Sabe-se que Francisco Eugênio foi seu tio pelo lado materno, mas não se sabe ao certo qual o grau de parentesco entre ele e Ana Antônia Umbelina de Paiva.

Acredita-se que a presença familiar em praças distantes facilitava a inserção de membros que residiam fora dela, desconhecidos, com pouco ou quase nenhuma expressão nacional. Além de facilitar o crédito, os contatos entre os negociadores supriam as dificuldades de circulação dos acertos de negócios. Isso é a rede comercial. Assim ela acontece e permite o conhecido comércio entre praças distantes. Gervásio fez parte dessa rede e seus documentos permitiram a compreensão pontual do funcionamento dela.

Francisco Eugênio de Azevedo além de representante de Gervásio na praça do Rio de Janeiro, também possuía um negócio: Francisco Eugênio de Azevedo e Sobrinho. Não sabemos se Gervásio era seu sócio nesse negócio, contudo, tal suspeita é válida, uma vez que a existência de laços de parentesco nos negócios permitia a manutenção e ampliação das fortunas. Dessa forma, se Gervásio fora mesmo sócio de seu tio, a hipótese de que ele e sua família se enquadravam na definição de fazendeiro-capitalista estará confirmada. No entanto, pode-se ainda levar em consideração a hipótese de que nas redes de negócios cabiam toda a sorte de fortunas desde as grandes até as pequenas, assim como sugere Renato Pinto Venâncio,

*“Com efeito, a variedade de atividades mercantis mineira era imensa. Paralelamente aos grandes comerciantes, chamados de ‘grosso trato’, havia redes de pequenos comerciantes ou, como se chamava na época, de mercadores de ‘retalho’, que compreendiam lojistas, taverneiros, tendeiros, caixeiros, mascates, ‘lavradores que comerciavam seus gêneros, comboeiros de escravos’, até o nível socialmente mais baixo formado pelas negras de tabuleiros”.*<sup>20</sup>

Então, pode-se considerar Gervásio um fazendeiro-capitalista, visto que, ele comercializava rezes de gado e outros gêneros produzidos em sua fazenda.

---

<sup>20</sup> VENÂNCIO, R. P. “Comércio e fronteira em Minas colonial” In: FURTADO, J. F. (org.) “Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino português”. BH: Editora da UFMG, 2001.

No arquivo particular percebe-se também a ligação entre comerciantes da Corte do Rio de Janeiro com os da praça sanjoanese. Conforme Afonso de Alencastro Graça Filho<sup>21</sup>, a imprecisão das moradas e demora na quitação dos créditos e contas tornavam necessários aos comerciantes cariocas intermediários ou representantes na região. Segundo, ainda Graça Filho, a existência de representantes em outras praças facilitava os negócios entre as regiões e evitava os atravessadores. De acordo com o autor, era freqüente entre os grandes comerciantes da praça de São João del Rei possuírem representantes na Corte,

*“Os grandes negociantes, além de seus estabelecimentos em São João Del Rei, fundaram casas com parentes e filhos na Corte com o propósito de facilitar a intermediação ente as duas regiões, evitando o atravessador carioca. As casa localizadas no Rio de Janeiro recebiam os produtos mineiros e enviavam as mercadorias importadas, as chamadas fazendas secas e molhadas (...).”<sup>22</sup>*

Os principais negociantes com quem Gervásio Pereira Alvim teve ligações comerciais na praça do Rio de Janeiro foram, sobretudo, Carlos Joaquim Máximo Pereira e Castro, Francisco Eugênio de Azevedo e Sobrinho, Antônio Gomes de Castro e Irmão, José Bernardino e Máximo Pereira, José Esteves Botelho Sobrinho, Vicente Ferreira de Paiva e Castro, Francisco Carlos de Magalhães e Loureiro, Botelho, Castro e Castro. Já na praça de São João del Rei verificou-se os seguintes nomes, principalmente, Manoel Gomes de Castro, Sabino de Almeida Magalhães, Leite e Ribeiro Guimarães, Chaves de Miranda e Irmão e Antônio Gonçalves de Assis.

O acervo também permite a visualização do intenso uso dos créditos nas negociações de Gervásio Pereira Alvim, tanto entre ele e os comerciantes, como entre outros fazendeiros da região. Segundo Mafalda Zemella<sup>23</sup>, a maior parte das transações comerciais dos habitantes das Gerais era feita a crédito, poucas eram os pagamentos à vista. De acordo com a autora, tal fato resultava da falta de numerário nas Minas. Afirma que o “delírio” dos créditos provocou falência de muitos mineradores e que tal abuso gerou uma atmosfera de intranquilidade e insegurança econômica, uma vez que, os mineradores contavam com o ouro que ainda ia extrair e não conseguindo a quantidade necessária para a quitação das dívidas, deixavam de pagá-las. Devido à insegurança que o uso dos créditos propiciava, estes eram dados diante a cobrança de juros altíssimos, chegando de 25 a 30%, variando de acordo com os riscos dos negócios.

---

<sup>21</sup> GRAÇA FILHO, A. A. “A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)”. SP: Annablume, 2002.

<sup>22</sup> GRAÇA FILHO, A. A. “A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)”. SP: Annablume, 2002, p. 81.

<sup>23</sup> ZEMELLA, M. P. “O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII”. SP: Hucitec- Edusp, 2º edição, 1990.



No entanto, para Cláudia Maria das Graças Chaves a utilização do crédito seria uma estratégia necessária nos empreendimentos, independentes da disponibilidade dos meios circulantes. Contrariamente, ao que havia compreendido a historiografia, de que o uso difundido dos créditos seria originado pela pobreza e instabilidade econômica enfrentado por Minas Gerais. Segundo a autora, ao analisar os manuais de comércio, os créditos seriam estratégias defendidas pelos contemporâneos,

*“Era regra geral do comércio comprar e vender na primeira mão e no tempo certo. Por isso é ‘muito mais útil tomar dinheiro a juro para comprar a seu tempo, do que comprar fora dele nas lojas e tendas com o próprio dinheiro’.”<sup>24</sup>*

Assim, a utilização do crédito seria uma forma de evitar a paralisação do capital em investimentos, era saber comprar no tempo certo. De acordo ainda essa estratégia apontada, a ampla utilização do crédito também poderia ser uma forma de mostrar credibilidade no mercado,

*“fazer crédito é vender a crédito, é sofrer que aquele que deve, ou aquele a quem se vende, haja algum tempo a pagar. Haver crédito é poder comprar muitas mercadorias sem ser obrigado de as pagar, ou poder tirar muitas letras de câmbio, sem que a pessoa se recuse de as tomar. Haver crédito de alguém é haver muito de confiança.”<sup>25</sup>*

Se por um lado, Mafalda Zemella aposta que o uso do crédito seria sintoma de uma pobreza na capitania das Minas, a documentação de Gervásio Pereira Alvim permite perceber a utilização do crédito em duas outras possibilidades, mas em nenhuma delas, como fruto de pobreza e/ou instabilidade econômica. A primeira, pode-se perceber o uso do crédito como um mecanismo para superar a falta de numerário circulante no momento da negociação, isso não significava que o devedor não possuía meios para quitar o negócio. A carta enviada por Gervásio Pereira Alvim a Vicente de Paula Teixeira é bem sugestiva quanto a esse aspecto,

*“Tendo eu de dar ao senhor (?) João Luis Guilherme Guedes a quantia de 80\$000 e não tendo hoje e ele escrevendo-me pedindo-me que precisava rogo o meu amigo arranjar-me esta quantia e dar ao dito senhor, envio dentro desta 1 vale de 80\$000 pesava garantia e me responsabilizo-me (sic) sobre a quantia e seu competente prêmio, e qualquer dia que eu arranje lá mandarei pagar a vossa senhoria espero ser servido por vossa senhoria e algum de seus amigos.”<sup>26</sup>*

A segunda, está de acordo com a estratégia de uso do crédito apontada por Chaves. Supomos que Gervásio Pereira Alvim tenha optado pelas compras a crédito nas praças mercantis da Corte e de São João del Rei para manter a credibilidade no mercado, visto que, a compreensão

---

<sup>24</sup> CHAVES, C. M. G. “Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)”. Niterói: UFF, 2001 (tese de doutorado).

<sup>25</sup> Dicionário de termos que são mais em uso no comércio *apud* CHAVES, C. M. G. “Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)”. Niterói: UFF, 2001 (tese de doutorado).

<sup>26</sup> Arquivo Particular de Gervásio Pereira Alvim. Carta enviada por Gervásio Pereira Alvim, em 17 de abril de 1872, Lage.

do significado de ter crédito passava pela confiança no devedor, conforme o dito popular “ter crédito na praça é ter fé”.

De acordo com Afonso de Alencastro<sup>27</sup>, as alianças matrimoniais foram extremamente importantes para a manutenção e ampliação das riquezas entre a elite local. Segundo o autor, o alto comércio de São João del Rei foi negócio familiar. Nesse sentido, havia uma preocupação de adquirir o matrimônio com seus pares. O Capitão Gervásio Pereira do Carmo arranhou seu casamento com uma moradora na Freguesia de Carrancas, Ana Antônia Umbelina de Paiva. Provavelmente, a família de Ana Antônia teve alguma representação social e econômica no local, considerando que o Capitão Gervásio do Carmo pertencia a elite agrária do Distrito da Lage. Sabe-se que ela era filha legítima do Tenente Francisco Machado de Azevedo e de Dona Pudenciana Umbelina de Paiva.

Afonso de Alencastro afirma, também, que o tamanho das cidades diminuía as possibilidades de escolha para se desposar. Assim, as possibilidades para casamentos entre iguais ficavam restritas, fortalecendo, entre outras opções, a união entre parentes. Essas uniões representavam, não somente, o enlace entre iguais, mas também, uma estratégia de perpetuação, ampliação e unificação de fortunas. Nesse sentido, Gervásio Pereira de Alvim não escapou a essa lógica e, acredita-se, sofreu com as poucas possibilidades de casamento que o Distrito da Lage lhe ofereceu. Ele contraiu matrimônio com sua prima Maria Salomé, filha de seu tio e padrinho Francisco de Assis Resende Alvim e D. Maria Vitória do Nascimento. Como dote recebeu, em 1854, uma crioula e 24 alqueires de terra, tudo totalizando em 1:300\$000 réis.

#### Bibliografia:

CARDOSO, C. F. (org.) “Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas”. RJ: Jorge Zahar Editor, 1988.

CHAVES, C. M. G. “Melhoramentos no Brasil: integração e mercado na América Portuguesa (1780-1822)”. Niterói: UFF, 2001 (tese de doutorado).

FRAGOSO, J. L. R. “Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)”. RJ: Arquivo Nacional, 1992

\_\_\_\_\_, & RIOS, A. M. L. “Um empresário brasileiro do oitocentos” In: CASTRO, H. M. M. & SCHNOOR, E. (orgs.) “Regaste: uma janela para o oitocentos” RJ: Topbooks, 1995.

<sup>27</sup> GRAÇA FILHO, A. A. “A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)”. SP: Annablume, 2002.

GRAÇA FILHO, A. A. "A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del Rei (1831-1888)". SP: Annablume, 2002.

SOUZA, L. M. "Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII". RJ: Editora Graal, 2º edição, 1986.

TEIXEIRA, M. L. C. "Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: o Distrito da Lage (1780-1850)" BH: UFMG - FAFICH, 1998 (dissertação de mestrado).

VENÂNCIO, R. P. "Comércio e fronteira em Minas colonial" In: FURTADO, J. F. (org.) "Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino português". BH: Editora da UFMG, 2001.

ZEMELLA, M. P. "O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII". SP: Hucitec- Edusp, 2º edição, 1990.